



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT2 – Organização e Representação do Conhecimento

**ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO ARQUIVISTICO:
ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

**ORGANIZATION AND REPRESENTATION OF INFORMATION IN ARCHIVISTIC CONTEXT:
THEORETICAL AND METHODOLOGICAL ASPECTS**

Wanessa Rodrigues Martins - Universidade federal do Pará

Thiago Henrique Bragato Barros - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A representação da informação, na Arquivologia, é compreendida como um processo de organização constituído de várias fases, dentre estas: avaliação, classificação e descrição. Centra-se na representação focando na atividade de descrição arquivística, pois reconhece que esta, sendo uma atividade de pesquisa e que busca, nas minúcias do conteúdo e contexto documental, representar as informações contidas em arquivos mediante instrumentos de pesquisa, precisa ser apropriada pela realidade dos arquivos nos âmbitos públicos e privados desses. Desse modo, tem por objetivo analisar teórica e conceitualmente a representação da informação com foco na descrição na Arquivologia, com a finalidade de desenvolver um panorama contemporâneo da temática apresentando e discutindo seus novos meios e métodos. Pesquisa qualitativa, de caráter documental e orientação descritiva, iniciada mediante exploração da literatura concernente aos temas por meio de livros e bases de dados, pelos descritores: “representação da informação”, “representação arquivística”. Conclui-se que a representação da informação na arquivística é marcada pela descrição normalizada e que este é um meio facilitador para a organização e representação em arquivos, todavia não representando um fim em si.

Palavras-Chave: Representação da Informação; Representação Arquivística; Descrição Arquivística; Normalização.

Abstract: The representation of information in Archival Science is understood as a process of organization consisting of several phases, including: evaluation, classification and description. It focuses on representation focusing on the activity of archival description, as it recognizes that it, being a research activity and seeking, in the minutia of content and documentary context, to represent the information contained in archives through research instruments, needs to be appropriated by reality public and private archives. Thus, it aims to analyze theoretically and conceptually the representation of information focusing on the description in Archivology, with the purpose of developing a contemporary panorama of the theme presenting and discussing its new means and methods. Qualitative research, with a documentary and descriptive orientation, started by exploring the literature on the themes through books and databases, by the descriptors: “information representation”, “archival representation”. It is concluded that the representation of information in archives is marked by standardized description and that this is a facilitating means for the organization and representation in archives, but not representing an end in itself.

Keywords: Information Representation; Archival representation; Archival Description; Normalization.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado é resultado de um dos objetivos alcançados em pesquisa de mestrado desenvolvida pela autora. Neste sentido, trata-se de uma revisão de literatura sobre a representação da informação com foco na representação desenvolvida no âmbito da Arquivologia e dos arquivos, a descrição arquivística. Desse modo, tem por objetivo analisar teórica e conceitualmente a representação da informação com foco na descrição na Arquivologia, com a finalidade de desenvolver um panorama contemporâneo da temática apresentando e discutindo seus novos meios e métodos.

A partir disso puderam-se definir os conceitos de organização e representação da informação e do conhecimento para fins de diferenciá-los de modo a não confundir a utilização dos termos, pois identificou-se que há trabalhos que tratam de organização e representação do conhecimento, mas se encontram no âmbito da organização e representação da informação.

Em seguida aprofundou-se nas discussões teóricas e conceituais acerca da representação da informação e da descrição arquivística, pois se encontram no foco maior a descrição arquivística é uma das maneiras em Arquivologia de se representar a informação.

Na seleção dos trabalhos indexados na BRAPCI optou-se pelos publicados nos últimos vinte anos, agregando-os à bibliografia tradicional que já se tinha em mãos, como as de Herrera (1991), Eastwood e MacNeil (2016), dentre outros.

Constituindo-se, ainda, de revisão sobre a normalização na Arquivologia, destacando seus aspectos constituintes desde a formação à atualidade. Dentre os autores a revisão teórica é construída com base em Heredia Herrera (1991), Yakel (2003), Oliveira (2010), Lopes (2013), Tognoli (2012) e Barros (2014).

2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ASPECTOS GERAIS

O conhecimento científico está relacionado à análise de determinados fenômenos. A informação é um desses fenômenos e objetos de estudo comum a áreas como Ciência da Informação, Arquivologia, Museologia, as relacionadas direta ou indiretamente como Comunicação, Ciência da Computação, Tecnologia da Informação, Data Science, dentre outras. As peculiaridades se evidenciam no campo da epistemologia e da metodologia, conformando-se, o objeto, à luz do sujeito a que corresponde.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

Burke (2003) menciona que muitas questões concernentes ao interesse pelo conhecimento deram-se mediante questionamentos feitos por historiadores. Desse modo, construindo-se, ou pelo menos tentando, uma linha que liga presente ao passado, na busca de compreender a origem e o porquê de algumas situações. O autor explica:

Na década de 1920, a inflação crescente provocou a ascensão da história dos preços. Nas décadas de 50 e 60, a explosão populacional incentivou a pesquisa em história demográfica. Nos anos 90, há um interesse crescente pela história do conhecimento e da informação (BURKE, 2003, p. 12).

A esse interesse de analisar e estudar os “sistemas de conhecimento” existentes chama-se “sociologia do conhecimento” (BURKE, 2003). À esse crescente interesse pela história do conhecimento e da informação pode-se dedicar os anseios desta pesquisa com ênfase em fornecer uma abordagem sobre a informação e o conhecimento bem como sobre a organização e representação da informação segundo a Ciência da Informação.

As autoras Brascher e Café (2008), a fim de subsidiar seus estudos sobre a organização da informação e do conhecimento e representação da informação e do conhecimento, apresentam as distinções concernentes aos termos informação e conhecimento.

Segundo as autoras acima mencionadas a informação se refere ao estágio material da informação, se refere ao dado que passou pelo processamento semântico, isto é, gerador de sentido, e se tornou apto a informar por meio do suporte em que foi registrado (BRASCHER; CAFÉ, 2008).

Enquanto o conhecimento é compreendido como a absorção da informação por parte do indivíduo causando transformações cognitivas neste na medida em que agrega, refuta, aprofunda seu conhecimento.

Desse modo, “a informação é vislumbrada como uma possibilidade de transformar estruturas do conhecimento e, portanto, o conhecimento pode ser visto como algo provisório e em permanente revisão” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 4).

Delineados os termos podemos partir para as definições de organização da informação e representação da informação que são base para a construção deste texto e pesquisa, com ênfase na representação da informação.

De acordo com Brascher e Café (2008, p. 5) “o objetivo do processo de organização da informação é possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação”. A

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

organização da informação é realizada mediante a descrição do objeto informacional, ou seja, por meio do suporte de registro da informação.

As autoras em análise apresentam os três elementos que constituem a informação, definidos por Fogl (1979), a saber: 1) Conhecimento (conteúdo da informação); 2) Linguagem (um instrumento de expressão de itens de informação); 3) Suporte (objetos materiais ou energia) (FOGL, 1979, p.2, apud, BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 3) com isso relacionam esses elementos da informação às fases da descrição, que são compreendidas em descrição do conteúdo e descrição física.

Nessa relação, as autoras concluem que a descrição do conteúdo tem o primeiro elemento, o conhecimento, como objeto. Que a descrição física está relacionada ao terceiro elemento, que é o suporte da informação. Quanto ao segundo elemento da informação, a linguagem, este está presente em todas as fases e tipos de descrição (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5).

Desse modo, afirmam que a organização da informação consiste na descrição, como acima mencionada, dos objetos informacionais. Sendo os produtos desses processos descritivos a representação da informação. E esta – a representação da informação - pode ser compreendida como “um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5).

De acordo com a compreensão das autoras pode-se inferir que os processos de organização e representação da informação estão íntima e sequencialmente interligados.

Para Lima e Alvares (2012, p. 22) “representar é o ato de utilizar elementos simbólicos – palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros – para substituir um objeto, uma ideia ou um fato”, representar configura-se, nesse aspecto, uma metalinguagem simbólica, diz respeito ao que já foi dito\apresentado, no entanto, quando se relaciona à informação, esta é apresentada de modo concentrado e resumido.

Para os autores citados acima “na Ciência da Informação, a representação está relacionada com as formas de simbolizar a informação e o conhecimento” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 22), estas formas são assumidas pelos produtos desenvolvidos a partir destas sejam estes físicos e/ou digitais.

Quanto ao processo de organização enunciam que “organizar envolve o processo e como fazer análise, classificação, ordenação e recuperação, e representar está relacionado

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

com o objeto, com a materialização e com o registro da simbologia que substitui o objeto ou ideia” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 23).

“Informação é o conjunto de dados que permite extrair algum significado, podendo favorecer a obtenção de conhecimento” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 24) e os processos de representação visam facilitar esse percurso de geração de conhecimento. Está imbricado na produção, transformação, uso e absorção da informação.

Alvarenga (2003), ao abordar a representação do conhecimento na Ciência da Informação destaca que há dois momentos na representação; a representação primária e secundária. Esta primeira consiste no conceito que primeiramente é atribuído ao conhecimento, conceitos são as unidades de conhecimento; na secundária os conceitos são identificados para representação. Sendo, desse modo, os conceitos entendidos como o insumo para a representação que é a fase secundária.

Na representação primária, os produtos finais são constituídos de conceitos sobre os seres, formando o conhecimento, conceitos mais ou menos intensamente detalhados, codificados através de uma linguagem simbólica. Na representação secundária, prática essencial nos sistemas de informações documentais, esses mesmos conceitos constantes dos registros primários são sucintamente identificados em seus elementos constitutivos fundamentais, escolhendo-se os pontos de acesso fundamentais que garantem a representação desse conhecimento (documento) para fins de futura recuperação (ALVARENGA, 2013, p. 22).

Infere-se que o processo de representar está intimamente ligado à interpretação do profissional da informação seja ele arquivista, bibliotecário ou museólogo. A autora destaca que para essas atividades é necessário ir além das “superfícies de emergência”, sendo capazes de discernir, pelo conhecimento dos objetos, seres ou ideias registradas, suas respectivas semelhanças e diferenças. Acresce que “o ato de interpretar é inerente a qualquer abordagem aos conhecimentos, qualquer que seja o grau de suposta clareza com que esses tenham sido produzidos” (ALVARENGA, 2013, p. 24).

Interpretação e linguagem inter-relacionam-se ao passo que o interpretar se dá mediante a comunicação que é estabelecida pela linguagem em suas múltiplas formas.

Nesse processo de comunicação amplo estabelecido entre os homens, em suas tentativas de compreensão e descrição do universo, a mediação da linguagem ocupa papel primordial. No contexto da ciência da informação o tratamento da informação se depara com uma tarefa complexa que assim poderia ser resumida: a despeito de todas as fragilidades dos atos de conhecer e comunicar, envolvendo coisas, seres, palavras, imagens e

sons, torna-se imperativo que se encontre uma forma de se construir interfaces entre os acervos de documentos e informações e seus usuários (ALVARENGA, 2013, p. 24-25).

Desse modo representações primárias (conceitos) ou secundárias envolvem profundas relações interdisciplinares, especialmente, com disciplinas relacionadas à linguagem. As representações secundárias consistem na informação tangível, referem a sua forma registrada independentemente do suporte em que se encontra. Seria, conforme Buckland (1991), o estágio da informação-como-coisa, esta é, portanto, a representação física do conhecimento, e, sendo física, se torna passível de organização e representações.

2.1 Representação arquivística: análise de um processo

Quando se fala em estudos sobre os aspectos referentes à representação da informação na Arquivologia estes geralmente compreendem as funções classificação e descrição Arquivística, com maior enfoque nos assuntos relacionados à descrição, afirmações estas que podem ser conferidas nos trabalhos de Herrera (1991), Rodrigues (2003), Tognoli (2012), Barros e Martins (2015), Vital, Medeiros e Brascher (2017), Davanzo e Moreira (2017) dentre outros.

A compreensão acerca do conceito de representação da informação é recente e dá-se em virtude das demandas e dinâmicas relacionadas à produção e busca da informação. A procura por aperfeiçoamento dos meios de informações, armazenamento, uso e acesso.

Desse modo, a representação, na Arquivística, é identificada a partir do início dos anos 1990 com a concepção da Arquivística pós-moderna. Concepção esta que trouxe consideráveis transformações à área tanto no âmbito de seu objeto de estudo quanto em relação ao próprio arquivista, conforme Davanzo e Moreira (2017).

Para alguns autores representação na Arquivologia esteve marcada pela produção de instrumentos de pesquisa desde a parte final do século XIX quando tiveram início as primeiras ações voltadas para uma descrição efetiva por meio dos manuais de descrição. Compreendemos que os manuais de descrição sejam um marco no quesito: descrição da informação. Todavia, não se pode avaliar com as perspectivas atuais fatos históricos passados, há que se considerar que àquela época a representação não se configurava tal qual hoje é compreendida. Não se tinha a compreensão desse processo representacional,

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

havia, nos primeiros instrumentos de descrição Arquivística, a descrição quase que completa dos documentos, configurava-se mais uma transcrição de todo o conteúdo documental.

A organização da informação e a representação da informação são campos de pesquisa das disciplinas como Biblioteconomia e Arquivologia, em constante expansão e com múltiplas relações interdisciplinares com diversas outras áreas do conhecimento, como: Administração, Comunicação, Linguística, Tecnologia da Informação, dentre outras.

Essas características comprovam o modo plural e conjunto de trabalhar a organização da informação, bem como de se fazer ciência sem perder suas características, antes, reafirmando-se e se fortalecendo enquanto disciplinas científicas.

Na Arquivologia a descrição, juntamente com a avaliação e classificação, exerce função central e determinante nos processos de organização e representação da informação. É a partir dessas funções que se estabelecem relações de organização, controle e acesso. Onde a Classificação, função que representa um fundo (uma organização) mediante a construção de classes hierarquicamente estabelecidas com base no contexto, disponibiliza os modos ideais para uma descrição abrangente e concisa.

Estas funções, acima mencionadas, dependem pesquisas minuciosas concentradas na história, na missão, nas atividades meio e fim de um organismo, aqui entendido como instituição/fundo/acervo arquivístico. Toda essa engenharia intelectual é base fundadora para cada processo subsequente que será construído.

A representação da informação consiste em um processo do qual fazem parte várias fases. Essas fases consistem na atividade de tratamento da informação desde quando esta é gerada. A representação arquivística visa, dentre outras coisas olhar a informação desde suas primeiras fases perpassando pela avaliação, classificação, e finalmente e de modo mais profundo e específico, nos arquivos permanentes, a descrição.

A Arquivologia, bem como as demais disciplinas científicas que problematizam a informação, seu objeto de estudo, tem em si o desenvolvimento de dois caminhos paralelos, pesquisa e prática concomitantemente.

O trabalho intelectual/pesquisa sem aplicação nem concretização, em nosso contexto, é inservível assim como uma prática dissociada de autorreflexões gera um trabalho por vezes mais oneroso, em termos de tempo, e incompleto, pois necessita antes ser racionalizado.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

Muitas dessas pesquisas resultaram em produtos como as normas internacionais de padronização da descrição, e está configurada em níveis de descrição: nível 0 (acervo da entidade custodiadora; nível 1 (fundo ou coleção); nível 2 (seção); nível 3 (série); nível 4 (dossiê ou processo) e nível 5 (item documental).

Esses conceitos, de modo geral, sempre causaram muitas divergências nas teorias da Arquivologia. Essas diferenças são percebidas, geralmente, em lugares e tradições distintas, por exemplo, na diferenciação na Europa e nos EUA sobre o que vem a ser o *records management* e o *archivist*, sendo o primeiro o arquivista voltado à técnica e prática dirigida aos arquivos em fases corrente e intermediária e ao suporte documental. O segundo é entendido como o arquivista profissional da informação voltado para os serviços informacionais relativos ao valor histórico da informação, estes profissionais desenvolvem suas funções com mais frequência nos arquivos permanentes.

No contexto brasileiro essa diferenciação não existe, embora a Arquivística Nacional tenha fortes influências tanto americanas quanto europeias. Nos últimos anos tem se assemelhado, ainda que apenas nesse aspecto, à Arquivística integrada, originária do Canadá francês que reconhece o arquivista como profissional capacitado a atuar em todas as fases da informação nos tratamentos direcionados a essa dentro da teoria e prática da Arquivologia.

O processo de construção do conceito de descrição, segundo Silva (2012) foi longo e teve duas fases iniciais. A primeira fase se dá a partir de meados do século 20 quando esse conceito passa a ser discutido, desse momento então se tem a noção de que a descrição “consiste na identificação dos agrupamentos documentais e na análise e descrição de caracteres externos e internos de documentos” (SILVA, 2012, p. 92).

A segunda fase desse processo de construção se deu por volta dos anos 1980 recebendo forte influência das correntes que trabalhavam a normalização da descrição nessa época e é por conta da busca pela normalização que a área por meio do CIA, buscará um consenso e conceituação.

A conceituação trazida nas normas expressa a compreensão de que a descrição é um processo de representação que abrange toda informação inerente a um fundo (SILVA, 2012).

Mais definições e conceitos no quadro a seguir:

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

Quadro 1: Definições acerca do conceito de descrição arquivística

DEFINIÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	
AUTOR/INSTITUIÇÃO/ OBRA INTELECTUAL	CONCEITO
NORMA INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA - ISAD (G).	<p>A descrição arquivística no sentido mais amplo do termo abrange todo elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Em qualquer estágio, a informação sobre os documentos permanece dinâmica e pode ser submetida a alterações à luz de maior conhecimento de seu conteúdo ou do contexto de sua criação. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11, tradução: Arquivo Nacional)</p> <p>A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio de extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 14-15, tradução: Arquivo Nacional)</p>
MANUAL DE ARRANJO E DESCRIÇÃO DE ARQUIVOS ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES	38. Antes de descrever-se um volume ou um amarrado cumpre conceber-se claramente a ideia que presidiu à sua formação. (MULLER, 1973, p. 79)
HEREDIA HERRERA Arquivística geral: teoria e prática	<p>A descrição é a ponte que comunica o documento com os usuários. À frente da ponte está o arquivista que executa uma tarefa de análise que envolve a identificação, leitura, resumo e indexação que transmite ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices. (HERRERA, 1991, p. 300)</p> <p>A descrição é o processo de análise dos documentos de arquivo ou de seus agrupamentos materializado em representações que permitam sua identificação, localização e recuperação de suas informações para a gestão ou para a pesquisa. (HERRERA, 1991, p. 302)</p>
LUCIANA DURANTI ORIGIN AND DEVELOPMENT OF THE CONCEPT OF ARCHIVAL DESCRIPTION	<p>a) Um processo de análise, identificação e organização;</p> <p>b) Fins de controle, recuperação e acesso;</p> <p>c) Um produto final que mostra o material de arquivo, seu contexto de proveniência e documental, inter-relações e a forma com que pode ser identificado e usado. (DURANTI, 1993, p. 48, tradução nossa)</p>
GEOFFREY YEO	A descrição é tanto o processo quanto o produto. (2016, p. 135)

Fonte: elaboração da autora. 2019

A descrição e representação de arquivos é um processo que passou por várias mudanças teórico-conceituais nas últimas décadas, essas modificações ocorreram, em grande parte, devido à normalização e ao refinamento dos instrumentos de pesquisa, ou seja, fundamentalmente na maneira como as pessoas usam e buscam conteúdos informacionais em ambientes de arquivos.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

A primeira definição apresentada acima é da tradução brasileira da ISAD (G), 2ª edição de 2000, esta define que a descrição Arquivística abarca todo elemento da informação destacando é possível fazer alterações, mesmo após descrita, é aceitável desde que para produzir um maior conhecimento sobre o conteúdo e contexto das informações.

A definição seguinte, na mesma citação, faz uso do termo *representação*, trazendo a compreensão de *processo* ao qual a descrição faz parte, como sendo a fase final deste, mas não fechada por permitir alterações como citado. A ISAD (G) apresenta um padrão não apenas para a fase permanente, ela pode ser aplicada nas fases correntes e intermediárias, demais fases do ciclo vital dos documentos.

A segunda definição apresentada consta no Manual de Arranjo e Descrição e destacou-se a frase que norteia o sentido da descrição para aqueles profissionais àquela época. A “ideia que presidiu à sua formação”, ressaltada pelos arquivistas holandeses, remete à *intencionalidade* que levou à produção daquele conjunto de documentos, no que se compreende na contemporaneidade poder-se-ia chamar de a função que levou a gerar aquele documento. Desse modo o referido manual apresenta bases sob as quais alguns conceitos hoje se alicerçam.

Na terceira definição, definida no início dos anos 1990, a descrição é a ponte que comunica, em outras palavras, media a informação/documento ao usuário de arquivo. Em Herrera (1990) a descrição pode ser compreendida como a linguagem por meio da qual podem se relacionar usuário-arquivo (informação). É também um processo de pesquisa e análise que resulta nas representações.

Na quarta, e última definição, elucidando e compactando ideias referentes à temática, Luciana Duranti (1993) sintetiza alguns caracteres da descrição Arquivística demonstrando o que é e qual sua finalidade e as características inerentes ao produto resultante. Para Duranti (1993) a descrição não apenas faz parte de um processo como é também um processo minucioso de análise e pesquisa que é apresentado em forma de um produto aos usuários.

Na quinta definição se apresenta que para Geoffrey Yeo a descrição é o processo porque proporciona o controle documental, mensura e explana o conteúdo dos documentos. É produto, pois representa as informações coletadas e descritas em instrumentos de pesquisa que, conforme o autor é a “denominação genérica dos produtos

do processo descritivo” (2016, p. 135). Partindo da síntese da compreensão de Yeo é possível encontrar um consenso entre os autores como se verá na sequência.

Cada uma das definições apresenta aspectos da descrição em arquivos que se sustentam e crescem em técnica e cientificidade a cada novo período, como apresentado na tabela acima, desde o primeiro manual sobre descrição (1898) às últimas produções científicas selecionadas (2016).

2.2 Normalização arquivística: a padronização da estrutura de representação

A descrição esteve presente sob diversas formas as quais consistiam ou na íntegra transcrição do documento (cópias), a fim de se preservar o original, ou na elaboração de inventários, guias e catálogos elementos que representavam de forma sucinta o acervo e a documentação.

Estes instrumentos passaram a ser orientados, a partir do século XIX, por manuais e princípios, a exemplo do Manual de Arranjo e descrição de arquivos cunhado pelos arquivistas holandeses em 1889, do princípio da respeito aos fundos atribuído ao historiador francês Natalis de Wally instaurado por meio de uma circular em 1841, e no século seguinte por meio do livro de Hillary Jenkison sob o título: *A manual of archive administration: including the problems of war archives and archivemaking* (BARROS, 2014).

Louise Gagnon-Arguin destaca que “a publicação de manuais representa uma etapa na constituição de uma disciplina científica” (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 53). Com isto pode-se inferir que com a aquisição do status de disciplina os preceitos práticos, teóricos e metodológicos da Arquivística difundiram-se e adquiriram consistência no ambiente acadêmico proporcionada pela pesquisa, em especial, e, conseqüentemente, por meio de suas publicações.

Conforme González de Guzmán normalizar é “codificar um procedimento para resolver um problema que se repete com frequência, ordenando seus dados com um critério unificado e lógico, garantindo a solução” (GONZÁLEZ DE GUZMÁN, apud HEREDIA HERRERA, 1991, p. 73, tradução nossa).

Herrera compreende que normalizar “significa sujeitar uma realidade a regras baseadas no repetitivo para homogeneizar”. Em suma, envolve o desenvolvimento de

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

padrões, resultado de um estudo prévio realizado por um coletivo para aplicá-los de forma generalizada. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 73, tradução nossa.)

Ambos os autores a destacam como regras e procedimentos usados repetidamente para solucionar problemas, Herredia destaca, ainda, que estas devem ser produzidas em consonância com estudo aplicado. Além de “bases científicas eficazes e consistentes como [...] consenso, aceitação [...]” (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 73, tradução nossa).

Lopes (2013) destaca que com o advento das normas a área como um todo é beneficiada, desde o trabalho do arquivista à sua equiparação às demais ciências sociais, para quem assim a desejasse chamar.

Os arquivistas ganharam, com estas normas, um importante instrumento para o seu trabalho. Não precisam mais optar entre as variáveis idiomáticas. Agora, dispõe de regras internacionais, tal como os bibliotecários, os médicos, os biólogos. O avanço das normalizações, quiçá em outras áreas, contribuirá para quem deseja uma arquivística teórica e prática, uma ciência social aplicada, como qualquer outra (LOPES, 2013, p. 299).

As normas de descrição podem ser definidas como um recurso facilitador na comunicação arquivo-usuário. São padrões para estruturas e não para conteúdos, com isso, possibilitam a interação com demais arquivos e/ou fundos relacionados. Barros (2014) ao discutir o alinhamento entre teoria e prática na descrição evidencia a indissociabilidade desses mediante a aplicação das normas.

Assim, o uso institucional das “metodologias” desenvolvidas teoricamente legitima as mesmas, ou seja, quando o Arquivo Nacional brasileiro utiliza a NOBRADE, para descrever seus fundos, está legitimando e “experimentando” a norma desenvolvida no âmbito do planejamento e da teoria. Normalizar significa estabelecer parâmetros e pontos (BARROS, 2014, p. 182).

As normas internacionais de descrição arquivística são fruto de estudos desenvolvidos pelo Conselho Internacional de Arquivos que foi criado em nove de junho de 1948, mediante apoio financeiro e intelectual da UNESCO, segundo o site do CIA. Sob a égide de:

[...] promover a gestão e uso de registros e arquivos, e a preservação do patrimônio arquivístico da humanidade em todo o mundo, através do compartilhamento de experiências, pesquisas e ideias sobre questões profissionais de arquivamento e gerenciamento de registros, e gestão e organização de instituições arquivísticas. (www.ica.org/en/mission-aim-and-objectives, 2019).

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

As primeiras ações se deram em 1988, ao longo desses trinta anos cinco normas e a, última e mais recentes, Records in Context (RiC).

As normas: ISAD(G) (Normal geral internacional de descrição arquivística); a ISAAR (CPF) (Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias); ISDF (Norma internacional para descrição de funções) e a ISDIAH (Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico), foram desenvolvidas pelo Comitê de Boas Práticas e Normas do CIA (CIA/CBPN).

As normas instituídas pelo CIA seguem o objetivo de manter e efetuar alguns princípios da Arquivologia, como o de respeito aos fundos e também a organização com base na hierarquia estrutural ou funcional desse modo, as normalizações se dão do nível mais geral para o específico. Do nível do fundo, série, dossiê/processo ao nível item documental (CIA, 2000).

A ISAD(G) “estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas” (CIA, 2000, p. 11) e foi a primeira norma a ser criada logo após a *Declaração de Princípios em Relação à Descrição Arquivística* enunciada pelo CIA. Ela é fruto de proposta do Canadá ao CIA de “elaboração de normas internacionais de descrição” (CIA, 2000, p. 11).

Nesta mesma norma afirmam que o objetivo da descrição é “identificar e explicar o contexto e o conteúdo dos documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos”. Expondo que isto é obtido mediante a “criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados”.

Essa norma poderia ser usada juntamente com as demais normas de um país, caso houvesse, ou servir de base para a elaboração de normas próprias, como ocorreu a NOBRADE (Norma brasileira de descrição arquivística).

Por sua vez a ISAAR (CPF) teve sua primeira edição datada em 1996 e a segunda em 2004. Congênere à ISAG (G), a ISAAR (CPF) tem como objetivo primordial:

Fornecer regras gerais para a normalização de descrições arquivísticas de produtores de documentos e do contexto de produção de documentos, possibilitando assim:

- o acesso a arquivos e documentos baseado no fornecimento de descrições do contexto de produção dos documentos associados a descrições desses mesmos documentos, com frequência diversos e fisicamente dispersos;

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

- aos usuários a compreensão do contexto subjacente à produção e ao uso dos arquivos e documentos, de forma que possam melhor interpretar seus sentidos e significados;
- a identificação precisa dos produtores de documentos, incorporando descrições de relacionamentos entre diferentes entidades, especialmente documentando a mudanças a mudança administrativa em entidades coletivas ou mudanças pessoais de circunstâncias em indivíduos e famílias; e
- o intercâmbio dessas descrições entre instituições, sistemas e/ou redes. (CIA, 2004, p. 12).

A norma seguinte produzida pelo CIA/CBPN, a ISDF, viria dar continuidade e maior aprofundamento aos princípios estabelecidos pela ISAAR (CPF). Esta norma trás em seu escopo a atenção à *função* “no contexto de produção dos documentos” (CIA, 2008, p. 9), bem como suas subfunções e subdivisões nas respectivas entidades coletivas.

A própria norma define *função* como:

Qualquer objetivo de alto nível, responsabilidade ou tarefa prescrita como atribuição de uma entidade coletiva pela legislação, política ou mandato. Funções podem ser decompostas em conjuntos de operações coordenadas, tais como subfunções, procedimentos operacionais, atividades, tarefas ou transações. (CIA, 2008, p. 13).

Devido à instabilidade das estruturas organizacionais a *função* fornece maior segurança ao uso da informação. Em virtude disso, possui potencial para servir como base a diversas atividades de organização da informação em Arquivologia. Como cita o CIA (2008, p. 11).

- uma base para arranjo, classificação e descrição de documentos;
- uma base para a avaliação de documentos;
- uma ferramenta para a recuperação e análise de documentos.

No âmbito específico da descrição podem servir com a possibilidade de se estabelecer sistemas mais flexíveis em descrição na Arquivologia:

- a) para descrever funções como unidades de um sistema de descrição arquivístico;
- b) para controlar a criação e o uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas;
- c) para documentar relações entre diferentes funções e entre essas funções e as entidades coletivas que as exerceram e os documentos que geraram. (CIA, 2008, p. 11).

As normas de descrição apresentadas, até aqui, possuem em comum o trato à informação em suas variadas formas, aspectos e contextos. Visam uma compreensão interligada a nível internacional dessa. A penúltima norma criada pelo CIA, e próxima a ser

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

apresentada, a saber, a ISDIAH, surgiu da necessidade de conectar a descrição dos documentos/informação às informações sobre seus respectivos produtores e custodiadores dessas, pois, segundo o CIA, “é essencial para fornecer aos usuários uma compreensão global do material arquivístico descrito” (CIA, 2009, p. 9). A ISDIAH permite:

- o fornecimento de orientação prática na identificação e contato com instituições com acervos arquivísticos e no acesso ao acervo e aos serviços disponíveis;
- a elaboração de diretórios de instituições com acervo arquivístico e/ou listas de autoridade;
- a produção de estatísticas de instituições com acervo arquivístico, nos níveis regional, nacional e internacional.

Estas descrições podem ser usadas:

- a) para descrever instituições como unidades em um sistema de descrição arquivística;
- b) para funcionar como um ponto de acesso normalizado para instituições com acervo arquivístico em um diretório, sistema de informação arquivística ou rede; e/ou;
- c) para documentar relações institucionais e entre essas entidades e os arquivos por elas custodiados.

A primeira norma brasileira de descrição O Conselho Nacional de Arquivos criou, mediante a portaria n. 56, de 30/09/2001, a Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística (CTNDA), com a finalidade de “propor normas que, em conformidade com a ISAD(G) e a ISAAR (CPF), fossem, após discussão pela comunidade profissional, aprovadas pelo CONARQ e adotadas como normas brasileiras” (CONARQ, 2006, p. 9).

Assim instituiu-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística-NOBRADE, com o objetivo de “estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas” (CONARQ, 2006, p. 10). A norma é compatível com as normas ISAD(G) e ISAAR (CPF), dentre as características que a distingue da ISAD(G) está o acréscimo de uma área, a área oito e mais dois elementos de descrição nos áreas: 6.1 e 8.1 (CONARQ, 2006).

A respeito da normalização há também certa preocupação, em alguns autores e autoras, de que a normas engessem a maneira com que os arquivistas descrevem e até mesmo de tornar os arquivistas incapazes de desenvolver novas metodologias para a descrição, como ressaltam Yakel (2003) e Oliveira (2013).

A esse respeito Yeo (2016, p. 148) concorda com alguns desses aspectos e também ressalta outras questões que demonstram a relevância da normalização:

[...] confinam os modos de expressão, mas facilitam o compartilhamento de informações e o desenvolvimento de ferramentas de acesso on-line [...] pode ser percebida como predominantemente propiciadora por algumas pessoas (como arquivistas que desejam maximizar a acessibilidade do usuário remoto) e predominantemente limitadora por outras (os que desejam enfatizar a fluidez dos materiais e dos contextos arquivísticos).

Desse modo a normalização, como todo sistema de representação, pode apresentar limitações de acordo com determinadas realidades, pode não abranger, com na maioria dos casos, uma representação exata do contexto de produção dos documentos, especialmente por nossas representações se darem de maneira retrospectiva, como aborda Yeo (2016).

Todavia, o que se propõe faz-se tomando por base o contexto nacional brasileiro, que é encarecido dos mínimos processos de representação na realidade da administração pública e privada, bem como nos arquivos históricos.

Compreende-se a descrição normalizada de acordo com o que MacNeil diz é “um ponto estável de partida e de retorno” (MACNEIL, 2005 apud YEO, 2016, p. 148). As normas representam um meio possível de realização sem constrangimentos em relação a contextos nacionais e podem oferecer parâmetros dos mais gerais aos mais específicos de descrição de acordo com a necessidade dos arquivos.

Nas palavras de Yeo (2016, p. 148) “tudo leva a crer que devemos aceitar certo grau de estrutura, ao menos enquanto não temos sistemas de informática com os quais, por ora, só podemos sonhar”. Essas inferências são bem realistas e o contexto brasileiro representa bem isto. Embora muito se tenha avançado na teoria a respeito da descrição e representação na Arquivologia nacional há muito que se fazer, e transformar na prática.

3 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter documental e orientação descritiva, iniciada por meio de estudo exploratório na literatura concernente aos temas por meio de livros e bases de dados, pelos descritores: “representação da informação”, “representação arquivística”, “descrição arquivística”. A base de dados em que se realizou a pesquisa é a BRAPCI (*Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação*).

A fundamentação teórica sobre representação da informação e descrição arquivística foi construída com o objetivo de alcançar o primeiro objetivo específico desta mediante

revisão de literatura. Para isto utilizou de textos consagrados na academia sobre a representação da informação, dentre estes destacam-se as autoras Brascher e Café (2008).

4 RESULTADOS

Acerca da do objetivo proposto desenvolveu-se uma revisão teórica, como proposto, apresentou-se a origem e atualidade da representação da informação e desta no âmbito da Arquivologia.

Com isso, identificou uma tendência equivocada de remeter o surgimento da representação da informação em Arquivística aos primórdios de duas práticas relativas á descrição. Os manuais de descrição, que caracterizam o desenvolvimento da Arquivologia como disciplina científica, bem como de uma de suas principais atividades – a descrição arquivística são produtos que nortearam esta prática por varias décadas, no entanto, não podem ser compreendidos a partir do ponto de vista da representação da informação, pois trata-se de uma análise e modo de compreender as práticas de representar a informação no contexto contemporâneo.

Quanto a esse respeito identificou-se na literatura que a representação da informação é marcada na Arquivologia a partir das normas de descrição, que efetivamente têm se desenvolvido nos últimos trinta anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisou-se teórica e conceitualmente a representação da informação com foco na descrição Arquivística, cumprindo-se, com isso, o objetivo proposto desta pesquisa. Infere-se que as normas de descrição representação umas das mais usuais maneiras de se fazer a representação da informação no âmbito dos arquivos.

Nesse íterim tem-se na normalização arquivística um fundamento por meio do qual se desenvolve a descrição arquivística de acordo com o contexto. A esse respeito identificou-se vertentes teóricas que compreendem a normalização como estruturas que engessam a atividade de descrever, bem como também suas limitações em relação à representação do contexto de produção dos documentos. Sobre essas questões concorda-se com Yeo (2016) que sugere a aceitação de certa estrutura enquanto se espera novos sistemas de informática, mais completos e abrangentes, serem desenvolvidos.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

Desse modo, desenvolveu-se um panorama contemporâneo da temática apresentando e discutindo seus meios e métodos, bem como os diversos posicionamentos teóricos existentes. Com isso, busca-se contribuir para estudos relacionados e crescimento científico da área.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 8, n. 15, 1 sem. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb>. Acesso em: 29/03/2019.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BARROS, T. H. B. **A representação da informação Arquivística: Uma Análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos Espanhol, Canadense e Brasileiro**. 2014. 222 f. (Tese de Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2014.

BARROS, T. H. B. A indexação e a arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, n. 46, p. 33-44, 2016. DOI 10.5007/1518-2924.2016v21n46p33. Acesso em: 13 jun. 2019.

BARROS, T. H. B.; MARTINS, W. R. A informação orgânica enquanto um objeto interdisciplinar: as relações entre a arquivística e a ciência da informação no âmbito da representação em arquivos. **Ágora**, v. 25, n. 51, p. 132-149, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/12397>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Ancib, 2008.

BUCKLAND, M. K. **Information as thing**. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, v.45, n.5, p. 351-360, 1991. Tradução: Luciane Artêncio.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento I: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística**. Segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119 p.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

DAVANZO, L.; MOREIRA, W. A teoria do conceito e a representação da informação arquivística: breves reflexões. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105295>. Acesso em: 13 jun. 2019.

DURANTI, L. [1993]. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria: the journal of the association of canadian archives**, Ottawa, n. 35, p.47-54.

GAGNON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a Arquivística: considerações históricas. *In*: COUTURE, C.; ROUSSEAU, J-Y. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. (Nova Enciclopédia, 56).

EASTWOOD, T. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. *In*: **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução Anderson Bastos Martins. Org.: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. 5. ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.

LIMA, J. L. O; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. *In*: ALVARES, Lillian *et al.* (org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4, 2012. p. 21-48.

LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 3. ed. Brasília: Annabel Lee, 2013.

OLIVEIRA, L. M. V. de. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/pt-br.php>. Acesso em: 28/03/2019.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. *In*: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2, 2003. p. 210-230.

SILVA, I. O. S. **A organização e a representação do conhecimento no domínio da arquivística**. 2012. 193 f.; 30 cm. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012.

TOGNOLI, N. B. A representação na arquivística contemporânea. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2012.

YEO, G.: Debates em torno da descrição. *In*: **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução: Anderson Bastos Martins. Org.: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.